Ano 12 | **Número 115** | Fevereiro de 2015

Empresa Brasil

CACB
CONFEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES COMERCIAIS E EMPRESARIAIS DO BRASIL

Práticas de *compliance* e gestão de riscos ainda são incipientes na empresa brasileira

REFORMA POLÍTICA PRECISA AVANÇAR PARA GARANTIR A CREDIBILIDADE DAS ELEIÇÕES

CACB
CONFEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES COMERCIAIS E EMPRESARIAIS DO BRASIL

DIRETORIA DA CACB
TRIÊNIO 2013/2015

PRESIDENTE
José Paulo Dornelles Cairoli (RS)

1º VICE-PRESIDENTE
Rogério Pinto Coelho Amato (SP)

VICE-PRESIDENTES
Antônio Freire (MS)
Djalma Farias Cintra Junior (PE)
Jésus Mendes Costa (RJ)
Jonas Alves de Souza (MT)
José Sobrinho Barros (DF)
Rainer Zielasko (PR)
Reginaldo Ferreira (PA)
Sérgio Roberto de Medeiros Freire (RN)
Wander Luis Silva (MG)

VICE-PRESIDENTE DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS
Sérgio Papini de Mendonça Uchoa (AL)

VICE-PRESIDENTE DE COMUNICAÇÃO
Alexandre Santana Porto (SE)

VICE-PRESIDENTE DA MICRO E PEQUENA EMPRESA
Luiz Carlos Furtado Neves (SC)

VICE-PRESIDENTE DE SERVIÇOS
Pedro José Ferreira (TO)

DIRETOR–SECRETÁRIO
Jarbas Luis Meurer (TO)

DIRETOR–FINANCEIRO
George Teixeira Pinheiro (AC)

CONSELHO FISCAL TITULARES
Jadir Correa da Costa (RR)
Ubiratan da Silva Lopes (GO)
Valdemar Pinheiro (AM)

CONSELHO FISCAL SUPLENTE
Alaor Francisco Tissot (SC)
Itamar Manso Maciel (RN)
Kennedy Davison Pinaud Calheiros (AL)

CONSELHO NACIONAL DA MULHER EMPRESÁRIA
Avani Slomp Rodrigues (PR)

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO JOVEM EMPRESÁRIO
Rodrigo Paolilo

GERENTE ADMINSTRATIVO/FINANCEIRO
César Augusto Silva

COORDENADOR DO EMPREENDER
Carlos Alberto Rezende

COORDENADOR DO CBMAE
Eduardo Vieira

COORDENADOR DO PROGERECS
Luiz Antônio Bortolin

COORDENADORA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
Neusa Galli Fróes

EQUIPE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
Neusa Galli Fróes
Cyntia Menezes
Maíra Valério

SCS Quadra 3 Bloco A
Lote 126
Edifício CACB
61 3321-1311
61 3224-0034
70.313-916 Brasília - DF

Site: www.cacb.org.br

Federações CACB

Acre – Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado do Acre – FEDERACRE
Presidente: George Teixeira Pinheiro
Avenida Ceará, 2351 Bairro: Centro
Cidade: Rio Branco CEP: 69909-460

Alagoas – Federação das Associações Comerciais do Estado de Alagoas – FEDERALAGOAS
Presidente: Kennedy Davidson Pinaud Calheiros
Rua Sá e Albuquerque, 302 Bairro: Jaraguá
Cidade: Maceió CEP: 57.020-050

Amapá – Associação Comercial e Industrial do Amapá – ACIA
Presidente: Nonato Altair Marques Pereira
Rua General Rondon, 1385 Bairro: Centro
Cidade: Macapá CEP: 68.900-182

Amazonas – Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Amazonas – FACEA
Presidente: Valdemar Pinheiro
Rua Guilherme Moreira, 281
Bairro: Centro Cidade: Manaus CEP: 69.005-300

Bahia – Federação das Associações Comerciais do Estado da Bahia – FACEB
Presidente: Clóves Lopes Cedraz
Rua Conselheiro Dantas, 5. Edifício Pernambuco, 9° andar
Bairro: Comércio Cidade: Salvador CEP: 40.015-070

Ceará – Federação das Associações Comerciais do Ceará – FACC
Presidente: João Porto Guimarães
Rua Doutor João Moreira, 207 Bairro: Centro
Cidade: Fortaleza CEP: 60.030-000

Distrito Federal – Federação das Associações Comerciais e Industriais do Distrito Federal e Entorno – FACIDF
Presidente: Francisco de Assis Silva
SAI Quadra 5C, Lote 32, sala 101
Cidade: Brasília CEP: 71200-055

Espírito Santo – Federação das Associações Comerciais, Industriais e Agropastoris do Espírito Santo – FACIAPES
Presidente: Amarildo Selva Lovato
Rua Henrique Rosetti, 140 - Bairro Bento Ferreira
Vitória ES - CEP 29.050-700

Goiás – Federação das Associações Comerciais, Industriais e Agropecuárias do Estado de Goiás – FACIEG
Presidente: Ubiratan da Silva Lopes
Rua 143 - A - Esquina com rua 148, Quadra 66 Lote 01
Bairro: Setor Marista Cidade: Goiânia CEP: 74.170-110

Maranhão – Federação das Associações Empresariais do Maranhão – FAEM
Presidente: Domingos Sousa Silva Júnior
Rua Inácio Xavier de Carvalho, 161, sala 05, Edifício Sant Louis.
Bairro: São Francisco- São Luís- Maranhão
CEP: 65.076-360

Mato Grosso – Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado do Mato Grosso – FACMAT
Presidente: Jonas Alves de Souza
Rua Galdino Pimentel, 14 - Edifício Palácio do Comércio
2º Sobreloja – Bairro: Centro Norte Cidade: Cuiabá CEP: 78.005-020

Mato Grosso do Sul – Federação das Associações Empresariais do Mato Grosso do Sul – FAEMS
Presidente: Antônio Freire
Rua Quinze de Novembro, 390
Bairro: Centro Cidade: Campo Grande CEP: 79.002-917

Minas Gerais – Federação das Associações Comerciais e Empresariais de Minas Gerais – FEDERAMINAS
Presidente: Emílio César Ribeiro Parolini
Avenida Afonso Pena, 726, 15º andar
Bairro: Centro Cidade: Belo Horizonte CEP: 30.130-002

Pará – Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Pará – FACIAPA
Presidente: Olavo Rogério Bastos das Neves
Avenida Presidente Vargas, 158 - 5º andar
Bairro: Campina Cidade: Belém CEP: 66.010-000

Paraíba – Federação das Associações Comerciais e Empresariais da Paraíba – FACEPB
Presidente: Alexandre José Beltrão Moura
Avenida Marechal Floriano Peixoto, 715, 3º andar
Bairro: Bodocongo Cidade: Campina Grande CEP: 58.100-001

Paraná – Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Paraná – FACIAP
Presidente: Rainer Zielasko
Rua: Heitor Stockler de Franca, 356
Bairro: Centro Cidade: Curitiba CEP: 80.030-030

Pernambuco – Federação das Associações Comerciais e Empresariais de Pernambuco – FACEP
Presidente: Jussara Pereira Barbosa
Rua do Bom Jesus, 215 – 1º andar
Bairro: Recife Cidade: Recife CEP: 50.030-170

Piauí – Associação Comercial Piauiense - ACP
Presidente: José Elias Tajra
Rua Senador Teodoro Pacheco, 988, sala 207.
Ed. Palácio do Comércio 2º andar - Bairro: Centro
Cidade: Teresina CEP: 64.001-060

Rio de Janeiro – Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado do Rio de Janeiro – FACERJ
Presidente: Jésus Mendes Costa
Rua do Ouvidor, 63, 6º andar - Bairro: Centro
Cidade: Rio de Janeiro CEP: 20.040-030

Rio Grande do Norte – Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Norte – FACERN
Presidente: Itamar Manso Maciel Júnior
Avenida Duque de Caxias, 191 Bairro: Ribeira
Cidade: Natal CEP: 59.012-200

Rio Grande do Sul – Federação das Associações Comerciais e de Serviços do Rio Grande do Sul - FEDERASUL
Presidente: Ricardo Russowsky
Rua Largo Visconde do Cairu, 17, 6º andar
Palácio do Comércio - Bairro: Centro
Cidade: Porto Alegre CEP: 90.030-110

Rondônia – Federação das Associações Comerciais e Industriais do Estado de Rondônia – FACER
Presidente: Gerçon Szezerbatz Zanatto
Rua Dom Pedro II, 637 – Bairro: Caiari
Cidade: Porto Velho CEP: 76.801-151

Roraima – Federação das Associações Comerciais e Industriais de Roraima – FACIR
Presidente: Jadir Correa da Costa
Avenida Jaime Brasil, 223, 1º andar
Bairro: Centro Cidade: Boa Vista CEP: 69.301-350

Santa Catarina – Federação das Associações Empresariais de Santa Catarina – FACISC
Presidente: Ernesto João Reck
Rua Crispim Mira, 319 - Bairro: Centro
Cidade: Florianópolis - CEP: 88.020-540

São Paulo – Federação das Associações Comerciais do Estado de São Paulo – FACESP
Presidente: Rogério Pinto Coelho Amato
Rua Boa Vista, 63, 3º andar Bairro: Centro
Cidade: São Paulo CEP: 01.014-001

Sergipe – Federação das Associações Comerciais, Industriais e Agropastoris do Estado de Sergipe – FACIASE
Presidente: Alexandre Santana Porto
Rua Jose do Prado Franco, 557 Bairro: Centro
Cidade: Aracaju CEP: 49.010-110

Tocantins – Federação das Associações Comerciais e Industriais do Estado de Tocantins – FACIET
Presidente: Pedro José Ferreira
103 Norte Av. LO 2 - 01 - Conj. Lote 22 Prédio da ACIPA -
Bairro: Centro Cidade: Palmas CEP: 77.001-022

• O conteúdo desta publicação representa o melhor esforço da CACB no sentido de informar aos seus associados sobre suas atividades, bem como fornecer informações relativas a assuntos de interesse do empresariado brasileiro em geral. Contudo, em decorrência da grande dinâmica das informações, bem como sua origem diversificada, a CACB não assume qualquer tipo de responsabilidade relativa às informações aqui divulgadas. Os textos assinados publicados são de inteira responsabilidade de seus respectivos autores.

Transparência e credibilidade

Sob qualquer sistema econômico, social ou político, indivíduos, empresas e organizações em geral estão sujeitos a falhas de eficiência, legalidade, ética ou outros tipos de comportamento. Não importa a solidez das instituições. Cada sociedade aprende a viver com certa parcela desse funcionamento deficiente ou desse mau comportamento; mas para que esse tal comportamento inadequado não se alimente e não leve à deterioração geral, é preciso que a sociedade seja capaz de coibi-lo e, tanto quanto for possível, assumir atitudes e métodos necessários para resguardar o seu bom funcionamento.

Os efeitos da operação Lava-Jato, na relação entre os entes públicos e privados, devem estabelecer, a partir de agora, um novo paradigma nas organizações.

Não bastassem as leis vigentes, em breve deve ser regulamentada a Lei Anticorrupção, a qual permite que as empresas sejam punidas sem a necessidade de comprovar culpa ou dolo, ou seja, por meio da chamada "responsabilidade objetiva". Basta apenas que um funcionário, contratado ou consorciado da empresa tenha oferecido ou pago vantagem indevida a funcionário público.

Para a apuração das irregularidades cometidas, a lei prevê a instauração e julgamento de processo administrativo pela autoridade máxima de cada órgão ou entidade dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, a qual pode agir de ofício ou mediante provocação. A ideia do legislador é que a empresa cuide não apenas de sua probidade, mas também se assegure do comportamento ético daqueles com os quais trabalha.

Viveremos, portanto, a partir deste ano, uma profunda modificação na conduta dos processos de contratação de obras e serviços que envolvam o setor público como contratante. Isso torna inadiável, nas empresas, a implantação da chamada governança corporativa, que inclui, conforme matéria de capa desta edição de Empresa Brasil, um conjunto de processos, costumes, políticas, leis, regulamentos e instituições que regulam a maneira como uma empresa ou entidade são dirigidas, juntamente com departamentos de *compliance*. Área que verifica a conformidade das empresas às regras impostas por lei – esses mecanismos de gerenciar riscos começam apenas agora a ser encarados com a seriedade que requerem.

Ainda em relação aos desafios que nos aguardam em 2015, é preciso que o Congresso Nacional não perca mais essa oportunidade de encaminhar a sonhada reforma política. Não aquela desejada pelos próprios políticos como meio de manter o *staus quo*, mas na forma republicana de acordo com o pensamento da maioria da sociedade. Ignorar esse clamor somente contribuirá para a perda da credibilidade do processo eleitoral, como alertam os líderes da CACB em matéria sobre o tema também nesta edição.

José Paulo Dornelles Cairoli, presidente da Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil

ÍNDICE

3 PALAVRA DO PRESIDENTE
Os efeitos da operação Lava-Jato, na relação entre os entes públicos e privados, devem estabelecer, a partir de agora, um novo paradigma nas organizações.

5 PELO BRASIL
Progerecs debate a gestão de Autoridades Certificadoras.

8 CAPA
Gestão de risco corporativo ainda é incipiente nas empresas brasileiras.

12 CASE DE SUCESSO
Integrantes do Núcleo de Informática de Rio do Sul (SC) visitaram a empresa Google, em Los Angeles, e participaram de cursos.

14 INFRAESTRUTURA
Segundo o Instituto Trata Brasil, o acanhado saneamento básico nas principais cidades brasileiras compromete a universalização da água nos próximos 20 anos.

17 CONJUNTURA
Cenário pessimista prevê dólar no patamar de R$ 3,20 em 2015.

18 DESTAQUE CACB
Reforma política precisa avançar para garantir a credibilidade das eleições.

20 EMPREENDEDORISMO
CACB confirma participação no 9º Congresso Mundial de Câmaras de Comércio.

22 COMÉRCIO EXTERIOR
CACB aposta no treinamento, capacitação e credenciamento das entidades afiliadas no Sistema Eco para ampliar o número de emissões de Certificados de Origens em 2015.

24 ECONOMIA
Para o ministro da Fazenda, Joaquim Levy, o equilíbrio fiscal em 2015 e o cumprimento das metas em 2016 e 2017 serão o fundamento de novo ciclo de crescimento.

26 TRIBUTOS
Ampliação dos tetos do Simples Nacional entra na pauta para 2015.

28 PLANEJAMENTO
Mudanças fiscais e tributárias entram em vigor em 2015 e especialistas mostram como evitar decepções futuras.

30 LIVRO
O Longo Adeus, uma das principais obras de Raymond Chandler, está desde o final do ano passado nas livrarias em nova tradução.

31 ARTIGO
Crie o novo a partir do tradicional, por Jairo Martins da Silva.

Empreender SUPLEMENTO ESPECIAL

Atividades integradas aumentam renda dos pequenos produtores

EXPEDIENTE

Coordenação Editorial: Neusa Galli Fróes
fróes, berlato associadas
escritório de comunicação
Edição: Milton Wells - mwells@terra.com.br
Projeto gráfico: Vinícius Kraskin
Diagramação: Kraskin Comunicação
Ilustração da capa: Sergey Nivens/fotolia.com
Revisão: Flávio Dotti Cesa
Colaboradores: Cyntia Menezes,Maíra Valério, Rosângela Garcia e Tagli Padilha
Execução: Editora Matita Perê Ltda.
Comercialização: Fone: (61) 3321.1311 - comercial@cacb.org.br
Impressão: Arte Impressa Editora Gráfica Ltda. EPP

Bresolin assume presidência da Faciap em março

A posse festiva da nova presidência da Faciap (Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado do Paraná) ocorre em março, no Castelo do Batel, em Curitiba.
O empresário cascavelense Guido Bresolin Junior é oficialmente o presidente da entidade. Ele foi eleito por aclamação durante a XXIV Convenção Anual da entidade, em novembro de 2014, em Foz do Iguaçu.

Guido está à frente da chapa "Líderes Sincronizados", que tem como linha principal de trabalho a integração entre regiões e o desenvolvimento de lideranças nas Associações Comerciais e Empresariais (ACEs). "Neste momento, precisamos sensibilizar as lideranças para buscar resultados e, assim, construirmos grandes bandeiras, que precisam estar alinhadas, sincronizadas, para conquistarmos resultados efetivos. A Faciap pode ajudar as entidades a se tornarem imprescindíveis para suas comunidades, sendo altamente sustentáveis com seus serviços", afirma. Uma das principais novidades na composição do Conselho de Administração é a participação dos presidentes das 12 Coordenadorias Regionais ligadas ao Sistema Faciap.

PERFIL

Guido Bresolin Junior é empresário do ramo moveleiro e, desde 2006, também presidente do Conselho de Administração do Sicoob Credicapital, Cooperativa de Crédito que compreende Cascavel e região. Com formação em administração de empresas, é especialista em Engenharia da Produção e Gestão Internacional e Conselheiro Cooperativista certificado.

Kiko Sierich/divulgação

Guido Bresolin

Progerecs debate a gestão de Autoridades Certificadoras

Com sua parceira Certisign, o Programa de Geração de Receitas e Serviços (Progerecs) agendou o encontro de seus gestores e presidentes para o período de 3 a 5 de março, no Rio de Janeiro.
A reunião tem o intuito de debater a gestão das Autoridades Certificadoras e dos pontos de atendimento do Sistema CACB. Além disso, os gestores devem abordar a expansão da Rede e das oportunidades de serviços pelas Associações Comerciais, tais como a Escola Empresarial, treinamentos sob demanda para empresas, entre outros.

No último encontro, realizado em março do ano passado, Luiz Antônio Bortolin, Executivo Nacional da CACB e coordenador do Progerecs, elogiou o desempenho dos gestores, afirmando que "estão cada vez mais maduros profissionalmente". Para 2015, as expectativas estão altas. Mais informações pelo e-mail rubia@cacb.org.br.

Bortolin durante o último encontro de 2014

Federaminas organiza missão empresarial

Mais de 30 empresários embarcaram em janeiro rumo à missão empresarial da Federaminas. Com destino à convenção da National Retail Federation (NRF), em Nova York (EUA), e, em seguida, à Zona Franca de Colon, na Cidade do Panamá, a comitiva retorna a Minas Gerais em 18 de janeiro. Denominada Big Show NRF 2015, a convenção é inteiramente focada no varejo, propiciando informações, conhecimentos e inovações importantes para o futuro dos negócios do setor. Além de executivos com atuação nos mercados varejistas, o evento recebe representantes de áreas coligadas, como indústrias em geral, instituições financeiras, operadores logísticos e prestadores de serviços de todos os tipos, formatos e soluções.

Já a Zona Franca de Colón é a segunda maior área de livre comércio do mundo, onde os empresários podem adquirir diversos produtos na quantidade desejada e despachá-los em um só contêiner em menos de 24 horas para o Brasil.

Convenção da National Retail Federation (NRF) é focada no varejo

10ª Expofeira Mulher mostra tendências da moda

De 12 a 15 de março, será realizada a Expofeira Mulher 2015, no Centro de Eventos Herculano Meurer, em Francisco Beltrão (PR). Os visitantes poderão conferir as novas tendências da moda para crianças, adolescentes e adultos a partir dos desfiles e dos produtos em exposição, entre outros atrativos. O presidente da Acefb (Associação Empresarial de Francisco Beltrão), Marcos Guerra, analisou o cenário futuro que a feira pode proporcionar economicamente ao município. "Beltrão precisa continuar crescendo. Com eventos como esse, novos investidores virão certamente para cá", afirmou. Esta é a 10ª edição do evento, promovido pela Acefb com realização do CME – Conselho da Mulher Empresária.

MPEs são as maiores geradoras de vagas de emprego

Pelo terceiro ano consecutivo, as micro e pequenas empresas garantiram o saldo positivo de criação de vagas do país. Segundo estudo da FGV Projetos em parceria com o Sebrae, o número de postos de trabalho abertos foi de 794 mil, até novembro.

No auge, em 2010, as companhias de pequeno porte, que respondem por 95% das empresas do país, criaram 1,58 milhão de empregos. Já em 2013, o número de vagas foi de 840 mil. Com a entrada dos números de dezembro no levantamento, esse volume deverá cair devido à demissão de trabalhadores temporários que sempre acontece nessa época do ano.

Brasil ganha mais exportadores

A quantidade de empresas exportadoras no país, que, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, é de 19.250, continuará crescendo em 2015. A avaliação é de José Augusto de Castro, presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB). De acordo com ele, a estimativa da entidade é de um aumento de cerca de 10% ante 2014.

No ano passado, na comparação com 2013, foram registradas 441 novas empresas exportadoras, com elevação de 2,3% no número total. Isso ocorreu apesar do recuo de 7% na média diária de exportações no período, de US$ 242 bilhões para US$ 225,1 bilhões, sob a influência de fatores como a queda no preço de commodities e déficit da conta-petróleo.

AEB prevê incremento de 10% entre as exportadoras

CBMAE analisa os cenários de 2015

Após as muitas conquistas de 2014, a Câmara Brasileira de Mediação e Arbitragem Empresarial (CBMAE) tem a perspectiva de que 2015 será um ano de muito trabalho no desenvolvimento da mediação e da arbitragem no país. "Em 2014 pudemos contar com vários acontecimentos importantes que colaboraram com o desenvolvimento do fortalecimento das políticas públicas de acesso à justiça", afirma Eduardo Vieira, coordenador do programa.

Em 2014, o Senado aprovou o projeto que institui o Novo Código de Processo Civil. O texto simplifica e desburocratiza a resolução de conflitos pela via judicial. A mediação e a arbitragem também fazem parte do contexto do novo CPC, que deve ser encaminhado para a sanção presidencial no primeiro semestre de 2015.

Segundo Eduardo, a sanção será muito vantajosa para empresariado. "Por meio da CBMAE, temos solucionado conflitos em até 50 dias, evitando custos excessivos, desgaste emocional e custo de oportunidade, além de preservar as relações, fator importante para os negócios."

Tissot é o novo vice-presidente do Conselho do Sebrae/SC

Em janeiro, foram empossados o Conselho Deliberativo do Sebrae/SC e a Diretoria Executiva para mandato de quatro anos. Permanecem nos cargos o diretor superintendente Carlos Guilherme Zigelli, o diretor técnico Anacleto Ortigara e o diretor de administração e finanças Sérgio Cardoso. O empresário Sérgio Medeiros assumiu o comando do Conselho Deliberativo do Sebrae/SC, ao lado do vice-presidente Alaor Tissot, atual presidente do Conselho Superior da Facisc – Federação das Associações Empresariais de Santa Catarina.

"Aliado ao Conselho, vamos começar o ano fazendo o diagnóstico e traçando as estratégias para ampliar mercados, aumentar a produtividade e favorecer a formalização do microempreendedor individual", afirmou Zigelli.

Alaor Tissot é presidente do Conselho Superior da Facisc

Gestão de risco corporativo ainda é incipiente nas empresas brasileiras

Apesar da dimensão nacional assumida pela operação Lava-Jato na Petrobras, o que deve estabelecer uma profunda modificação na conduta dos processos de contratação de obras e serviços de parte do setor público, mecanismos de mitigação de riscos entre as empresas ainda são pouco utilizados

Os escândalos de corrupção na Petrobras trouxeram à tona um requisito que passou a ser exigido pela Bovespa às empresas de capital aberto ainda em 2000, e que somente agora passou a ser encarado com seriedade pelo setor privado. Trata-se da governança corporativa, que inclui um conjunto de processos, costumes, políticas, leis, regulamentos e instituições que regulam a maneira como uma empresa é dirigida.

Até recentemente, esse conceito evoluiu muito pouco na maioria das empresas nacionais. Entretanto, com a chamada Lei Anticorrupção, em vigor desde 29 de janeiro do ano passado, juntamente com a compliance – área que verifica a conformidade das empresas às regras impostas por lei – esses mecanismos de gerenciar riscos começam a se disseminar não somente entre as empresas, mas também em entidades patronais.

A mais nova empresa a criar uma diretoria de governança é a própria Petrobras, que, apesar de ter em sua base de acionistas milhares de brasileiros, além de grandes investidores em todo o mundo, não dispunha de uma estrutura de defesa de direitos dos acionistas e demais atores envolvidos, os chamados stakeholders.

De acordo com estudo da consultoria Deloitte, feito com 124 companhias, as práticas de compliance e gestão de riscos ainda são

incipientes. O levantamento indicou que apenas 21% das empresas consultadas mantêm um programa completo de compliance, englobando todas as áreas e estratégias da empresa. Outros 30% detêm um programa limitado, com retrições em processos como gestão de riscos, e 49% informaram ter programas abrangentes, com atuação em assuntos de maior relevância e risco para estratégias das áreas de negócios e controles internos.

Ainda que a nova legislação tenha criado incentivos para que as companhias criem departamentos de compliance e gestão de riscos, a pesquisa apontou, entretanto, que essas áreas ainda precisam avançar no país. O investimento anual, por exemplo, não passa de R$ 1 milhão por ano em 76% das empresas pesquisadas. Esse valor compreende investimentos em pessoas, tecnologia, estrutura, espaço físico e contratação de consultorias.

"Uma estrutura robusta de conformidade inibe, por exemplo, que recursos importantes sejam desviados. Além disso, proporciona maior segurança contra eventuais danos de imagem e reputação que podem inclusive provocar uma perda intangível no valor da organização", destaca Ronaldo Fragoso, sócio da área de gestão de riscos empresariais da Deloitte.

"Uma estrutura robusta de conformidade inibe, por exemplo, que recursos importantes sejam desviados. Além disso, proporciona maior segurança contra eventuais danos de imagem e reputação que podem inclusive provocar uma perda intangível no valor da organização", destaca Ronaldo Fragoso, sócio da área de gestão de riscos empresariais da Deloitte

Objetivo da lei é estimular uma cultura ética

O advogado Fábio Medina Osório, do escritório Medina Osório Advogados, afirmou que a nova lei anticorrupção permite que as empresas sejam punidas sem a necessidade de comprovar culpa ou dolo, ou seja, por meio da chamada "responsabilidade objetiva", mesmo que não comprovada a sua culpa ou dolo pelo ilícito. Basta apenas que um funcionário, contratado ou consorciado da empresa tenha oferecido ou pago vantagem indevida a funcionário público.

Para a apuração das irregularidades cometidas, a lei prevê a instauração e julgamento de processo administrativo pela autoridade máxima de cada órgão ou entidade dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, a qual pode agir de ofício ou mediante provocação. A ideia do legislador é que a empresa cuide não apenas de sua probidade, mas também se assegure do comportamento ético daqueles com os quais trabalha.

Segundo Medina Osório, é também objetivo da lei incentivar a corporação a desenvolver sistemas de controle internos eficientes com mecanismos capazes de assegurar a integridade institucional. "Busca-se, com isso, estimular o compromisso empresarial com uma cultura ética", destacou.

Falta de regulamentação da lei não impede adoção de medidas

A falta da regulamentação da lei nº 12.846, de 2013, não impede ou dificulta que as empresas criem os mecanismos de controle de atos anticorrupção. Desde o início de sua vigência, em 29 de janeiro de 2014, as empresas podem estabelecer mudanças no relacionamento com o poder público, identificar as principais áreas de risco relativos à corrupção, implementar programas de compliance *e ética, elaborar códigos de conduta e, enfim, adotar medidas internas para mitigar riscos. É o que afirmam as advogadas Daniele Russi Campo e Gabriela Vitiello Wink, de TozziniFreire Advogados, em entrevista a Empresa Brasil sobre os efeitos que os recentes escândalos da Petrobras revelados pela Operação Lava Jato da Polícia Federal devem desencadear entre as empresas e demais entidades empresariais.*

Foto: João Cestari

Gabriela Wink: "A mera implantação de um departamento de compliance não garante qualquer controle dos riscos. O trabalho de identificação das áreas de risco, o treinamento e a educação de todos os funcionários devem ser constantes"

Até que ponto a falta de regulamentação da Lei nº 12.846, de 2013, contribui para retardar a implantação de mecanismos de controle anticorrupção nas empresas?

A regulamentação trará regras para aplicação de atenuantes e agravantes no cálculo da multa aplicável às empresas punidas em casos de corrupção. Assim, o regulamento definirá a fórmula de cálculo da vantagem obtida pela empresa corruptora e a dosimetria da multa. A regulamentação irá estabelecer os critérios de avaliação do programa de *compliance* para verificar o grau de eficiência deste, com vistas à atenuação das penalidades. As empresas que já possuem um programa sério e eficaz muito provavelmente terão de fazer apenas alguns ajustes após a publicação da regulamentação.

No Brasil, as empresas estão suficientemente esclarecidas para a montagem de departamentos de *compliance*?

No Brasil, ainda são poucas as empresas que já absorveram a importância de se ter um departamento de *compliance* capacitado e independente. Em 2014, segundo ranking anual da ONG Transparência Internacional, o Brasil aparece na 69ª colocação entre os 175 países avaliados. Apesar de o Brasil ter recuperado três posições, o país ainda se mantém no grupo de alerta dos países que não diminuem a percepção de corrupção.

A implantação desses departamentos por si só garante a implementação de controles ou isso dependerá de um processo?

A mera implantação de um departamento de *compliance* não garante qualquer controle dos riscos. A implan-

tação de políticas de *compliance* e a atuação do departamento não podem ser estanques. O trabalho de identificação das áreas de risco dentro da empresa, o treinamento e a educação de todos os funcionários, bem como o monitoramento da efetividade dos procedimentos implementados, devem ser constantes.

É possível criar mecanismos que garantem uma blindagem de 100% nas empresas contra ilícitos como os que a lei pretende coibir?

Dependendo da empresa, do ramo de atividade e do número de empregados, a blindagem pode ser próxima de 100%. A cultura da empresa é que vai determinar o quanto será eficaz a implantação de um programa de *compliance*. Se a conscientização vem do topo, ou seja, dos próprios 'donos' do negócio ou dos executivos principais, os quais devem incentivar seus funcionários a agir de acordo com as regras e de forma ética, a blindagem mais abrangente é viável.

Quais os outros benefícios derivados da criação de um departamento de *compliance*?

Sem adentrar no mérito das discussões que vêm sendo travadas acerca da Lei Anticorrupção, é importante destacar que esta norma chama atenção para a necessidade de as empresas revisitarem suas práticas corporativas, tendo por foco motivá-las a estabelecer mudanças no trato com o poder público. O lema é a transparência.

O que é *COMPLIANCE*

O termo *compliance* origina-se do verbo inglês to comply, que significa cumprir, executar, realizar algo imposto. É o ato de estar em conformidade com regulamentos internos e externos, impostos às atividades da instituição. Tem o sentido de buscar mitigar o risco atrelado à reputação e ao regulatório legal.

Como montar uma área de *compliance*

1. CÓDIGO DE ÉTICA SIMPLIFICADO
Instituir um código de ética com normas específicas.

2. CANAIS DE COMUNICAÇÃO
A comunicação entra muito forte junto com qualquer lançamento de área de *compliance*. É bom trabalhar unido à área de comunicação interna. Também é preciso estabelecer um canal para tirar as dúvidas.

3. POLÍTICA EXTERNA
É importante ter uma política sobre como lidar com pessoas de fora do escritório. Por exemplo, definir uma linha sobre recebimento de presentes

4. POLÍTICA ANTICORRUPÇÃO
Todo mundo sabe o que é certo e ético, mas mesmo assim isso precisa estar escrito.

5. POLÍTICA DE COMPRAS
As dúvidas precisam de respostas, ou seja, de uma política de compras.

6. ATENTAR-SE PARA CONFLITOS DE INTERESSES
É uma norma que tem de estar muito clara pra todos. O conflito não precisa ser real, basta que ele seja aparente. As pessoas que se relacionam com a empresa, os fornecedores, parceiros não podem ter dúvida de que o mesmo tratamento que foi dado a eles seria dado a qualquer outro.

Fonte: *Rogéria Gieremek, responsável por Compliance na Serasa Experian e presidente da Comissão Permanente de Compliance do IASP (Instituto dos Advogados de São Paulo).*

Empresários catarinenses de TI **visitam polo tecnológico dos EUA**

Missão do Núcleo de Informática do Vale do Itajaí visitou empresas e instituições do Vale do Silício, como Google, Intel, Stanford University, Oracle e Computer History; região é conhecida como a meca da criatividade e inovação científica

A o sul da área da baía de São Francisco, cidade localizada no estado da Califórnia, Estados Unidos, está o Vale do Silício, região industrial que, desde a década de 50, se destaca na área da tecnologia. A região abrange também Palo Alto, Santa Clara, Mountain View, entre outras cidades do estado. O local tem uma grande concentração de empresas que estão entre as maiores do mundo e são conhecidas por investir em conhecimento tecnológico e inovação científica. Google, eBay e Facebook são alguns dos grandes nomes que estão presentes no vale.

Na Intel, os participantes da missão visitaram o Intel Museum e assistiram à apresentação sobre as novas placas desenvolvidas pela empresa

Com o intuito de absorver novos conhecimentos e visitar um dos maiores polos de tecnologia de ponta do mundo, o Niavi (Núcleo de Informática do Alto Vale do Itajaí) da Acirs (Associação Empresarial de Rio do Sul), Santa Catarina, realizou uma missão empresarial intitulada "Silicon Valley Tech Tour". Os participantes da missão visitaram as seguintes empresas e instituições: Google, Intel, Stanford University, Computer History Museum, Fry's Electronics e Hacker DoJo.

"A missão teve como foco conhecer a cultura de inovação que permeia as empresas e instituições do Vale do Silício. Nada melhor que uma visita ao principal celeiro de inovação tecnológica do mundo para provocar e acelerar esse processo em nossas empresas", explica o coordenador do núcleo, Tarcísio Bonessi Junior. "A viagem nos permitiu obter várias experiências positivas, principalmente por termos tido uma agenda recheada de contatos, visitas e palestras", acrescenta o nucleado Sandro Alencar Fernandes, diretor comercial da Área Local, produtora digital atuante em todo o estado de Santa Catarina.

Bonessi relata que, na Oracle, o núcleo participou de reunião com um dos principais executivos de negócios da companhia, o brasileiro Dimas Oliveira, radicado na Califórnia há aproximadamente 18 meses. "Todos captaram muitas dicas, e até mesmo técnicas, tanto para aplicação em atividades operacionais de suas empresas como para a gestão dos negócios em várias frentes, como RH, vendas, marketing e estratégia", diz o coordenador do Niavi.

O núcleo esteve também no Google e visitou a sede da empresa em duas oportunidades. Na primeira, participou do Google Developers Group Conference (GDG Fest), evento que a companhia promove para gerar *network* e troca de experiências entre desenvolvedores da plataforma Android. A segunda foi uma apresenta-

ção exclusiva para o grupo com Amir Shevat, líder global de relacionamento com startups da empresa. "Ele nos apresentou formas de utilizar serviços e ferramentas do Google para validar ideias de negócios e entrar no mundo dos aplicativos. Também passou várias experiências sobre melhores práticas de desenvolvimento de softwares e aplicativos", conta Bonessi.

Na Intel, os participantes da missão visitaram o Intel Museum e viram uma apresentação sobre as novas placas desenvolvidas pela empresa. Em Stanford, participaram da última entrevista da "Entrepreneural Thought Leaders Series" – série de vídeos e podcasts sobre inovação e empreendedorismo da universidade. A entrevista foi com Ben Horowitz, cofundador do Handreessen e Horowitz Venture Capital, um dos principais fundos de investimentos do Vale do Silício, que tem o foco no investimento em startups da região. Atualmente, Horowitz administra uma carteira de 4,7 bilhões de dólares em investimentos e tem assento no conselho de empresas como Foursquare, Pinterest e Twitter.

Ainda em Stanford, o grupo visitou a D'School, escola de Design Thinking da universidade, cujo foco é formar pessoas inovadoras. "Pelo conceito da escola, para termos um ambiente inovador é essencial formarmos pessoas inovadoras, pessoas que consigam desenvolver a capacidade de pensar novas formas de se resolverem problemas ou necessidades da sociedade em geral", diz Bonessi.

No Hacker DoJo, uma espécie de escritório compartilhado onde pessoas utilizam um grande galpão para desenvolver seus projetos pessoais e profissionais, o grupo participou de um pitching – apresentação rápida de um projeto com o intuito de obter interesse de um investidor ou parceiro. Para Alencar, o formato do escritório foi uma novidade. "É um espaço interessante de cooperação, aceleração e troca constante de ideias que fomentam a inovação."

CONTATOS

O Niavi conta, atualmente, com 22 empresas participantes e três instituições de ensino convidadas. "Com o nível de contatos que fizemos e de experiências que pudemos vivenciar, a avaliação dos participantes foi de que o objetivo principal foi totalmente alcançado", comemora Bonessi. "Os empresários concluem essas ações com uma nova motivação e sempre implementam algo novo ou melhoram alguma coisa em suas empresas a partir das ações de que participam dentro do núcleo, que permite a troca de experiências, a busca de soluções em conjunto para problemas comuns, o acesso ao mercado, a ampliação da visibilidade das empresas perante o mercado.

A viagem faz parte do Programa Empreender Competitivo, que busca o fortalecimento das empresas por meio do apoio a projetos de núcleos setoriais. Pertencente à CACB – Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil, o programa é coordenado pela Facisc – Federação das Associações Empresariais de Santa Catarina e executado pelas ACIs – Associações Empresariais. "Ações como esta, além de aproximar as pessoas que puderam ir, também nos mostram que unidos somos capazes", afirma Alencar.

Viagem fez parte do programa Empreender Competitivo, da CACB, que busca o fortalecimento das empresas por meio do apoio a projetos de núcleos setoriais

Vale do Silício

A organização em cluster do Vale do Silício é um elemento importante na dinâmica da região, que permite o intercâmbio entre empresas, instituições de pesquisa, jovens empreendedores, entre outros. O funcionamento em redes prepara terreno para produção de conhecimento e inovação. O vale começou a se desenvolver na década de 50 e abriga renomadas empresas e instituições do ramo da tecnologia. O nome vem do próprio elemento químico silício, que é bastante utilizado na produção de chips eletrônicos, componentes de eletroeletrônicos, entre outros produtos da indústria tecnológica.

Foto: Vagner Campos/A2 Fotografia/CC

Seca do sistema Cantareira compromete a captação e tratamento de água para a Grande São Paulo

Brasil precisa de R$ 22 bilhões para evitar **escassez de água**

A maior parte dos entraves no abastecimento urbano do país está relacionada com a capacidade dos sistemas de produção, impondo alternativas técnicas para a ampliação das unidades de captação, adução e tratamento

Incertezas e riscos resumem os efeitos gerados pela crítica situação do abastecimento de água na principal metrópole brasileira, afligindo empresários e moradores de São Paulo e região Metropolitana, que passaram a monitorar a queda nos níveis dos principais reservatórios do Estado. O alerta não é novo e tem sido pauta de discussões entre Organizações Não Governamentais, gestores públicos e pesquisadores. O fato é que se investimentos apontados como necessários pelos levantamentos existentes não forem planejados e executados de forma ágil, é possível que a realidade hoje vivenciada no Sudeste avance no mapa brasileiro. Sem projeções precisas e um plano atual e consolidado de consumo a longo prazo, restará apenas o olhar contemplativo nos reservatórios e rezar para que as chuvas sejam suficientes para repor as reservas.

O consumo consciente é uma necessidade, mesmo em tempos de

fartura. Mas outros fatores contribuem com a "crise da água", como a maior demanda de alimentos, a rápida urbanização e as mudanças climáticas. O certo é que, frente à atual situação, é necessário repensar por completo a gestão da água, conclui o relatório lançado no Fórum Mundial da Água de 2012 em Marselha pelo então presidente da ONU-Água, Michel Jarraud, e pela diretora-geral da Unesco, Irina Bokova.

No Atlas disponibilizado pela Agência Nacional das Águas (ANA), 3.059, ou 55% dos municípios que respondem por 73% da demanda por água do país, precisam de investimentos prioritários que totalizam R$ 22,2 bilhões. As obras nos mananciais e nos sistemas de produção são fundamentais para evitar déficit no fornecimento de água nas localidades pesquisadas e que em 2025 vão concentrar 139 milhões de habitantes, representando 72% da população.

OBRAS ERAM PARA 2015

Há uma década, a meta apresentada no Atlas da ANA 2004 já apontava para a necessidade de as obras serem concluídas até 2015 para garantir a eficiência do abastecimento. Segundo o Instituto Trata Brasil, o acanhado saneamento básico nas principais cidades brasileiras compromete a universalização da água nos próximos 20 anos.

Em um levantamento elaborado pelo Instituto para atualizar o Ranking do Saneamento Básico, com base nos dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), foi revelado que os avanços nos serviços e a redução das perdas de água continuam lentos, comprometendo a tão sonhada universalização.

Segundo a Trata Brasil, é preciso haver um maior comprometimento dos governos federal, estaduais e municipais. A média de atendimento da população com água tratada nos 100 maiores municípios foi de 92,2%. Embora seja superior à média brasileira em 2012, que foi de 82,70%, apenas 22 municípios contam com 100% de atendimento de água, ou seja, já são universalizados neste quesito. Os principais desafios estão nas cidades de Jaboatão dos Guararapes (55,29%), Santarém (45,78%), Macapá (39,99%), Porto Velho (32,89%) e Ananindeua (27,2%).

O presidente do Instituto Trata Brasil, Édison Carlos, considera que o abastecimento de água potável foi o indicador que mais avançou historicamente no Brasil, mesmo assim, cerca de 35 milhões de brasileiros ainda não têm acesso à água tratada. "Temos expectativa de que os investimentos aumentem, até porque em 2013 o valor passou, finalmente, dos R$ 10 bilhões / ano, e isso é bom", avaliou o presidente, e acrescentou que está longe de ser batida a meta de R$ 15 bilhões/ano.

A previsão para o Brasil é de que, em 2025, um terço da população não tenha água. Édison Carlos sugere uma maior participação do setor privado no saneamento, seja pelas concessões que aumentam no país ou via PPPs. "O setor de saneamento está avançando, mas ainda num ritmo pequeno quando comparado aos enormes desafios. Mais preocupante do que o avanço lento é ele ser desigual", apontou.

Dono do maior potencial hídrico do planeta, o Brasil, neste ano, enfrentará cortes de abastecimento de água em 55% dos municípios. O diagnóstico está no Atlas Brasil – Abastecimento Urbano de Água, da Agência Nacional de Águas (ANA). O levantamento revela que entre os mais afetados estão grandes cidades como São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Belo Horizonte, Porto Alegre e o Distrito Federal

Mudanças climáticas afetam o abastecimento

Não é novidade alguma que o clima na Terra está cada vez mais quente, e por consequências, as crises hídricas podem ser observadas em diversos lugares do mundo. O juiz federal e especialista em Direito Ambiental Gabriel Wedy afirma que o alerta está vindo da agricultura e também das inúmeras catástrofes ambientais que acontecem em escala global.

Para o economista Sérgio Bessermann, o tempo do planeta é outro. Ele define como certo e real o aumento de 2ºC no planeta (no máximo em 30 anos). "A potencialidade de recuperação do planeta é ilimitada porque o tempo da natureza é diferente do nosso tempo", explicou, ao argumentar que está na atitude da população a escolha da temperatura aumentar em 4ºC ou 2ºC.

Situação da água no mundo

Segundo o relatório da WWF Internacional "Países ricos, pobres em água", a combinação de mudanças climáticas e infraestruturas inadequadas para a água e a má gestão de recursos hídricos estão agravando a crise e países como Austrália, Espanha, Estados Unidos, Japão e partes do Reino Unido estão afetados.

- 768 milhões de pessoas no mundo continuam sem acesso a uma fonte de água potável.
- Mais de 3.5 bilhões de pessoas no mundo não são satisfeitas com o atendimento à água.
- 40% da população mundial estarão vivendo em áreas com pouco acesso à água até em 2050.
- A deterioração dos pântanos no mundo está reduzindo a capacidades de ecossistema de purificar a água.
- A agricultura é atualmente o setor que mais usa água no mundo, com uso de 70%da água doce disponível.
- É estimado que mais de 80% da água usada no mundo – e mais de 90% nos países desenvolvimento – não é coletada e nem tratada.

Fonte: World Water Development 2014, Water and Energy (Unesco)

FEVEREIRO/2015 – SEBRAE.COM.BR – 0800 570 0800

Empreender

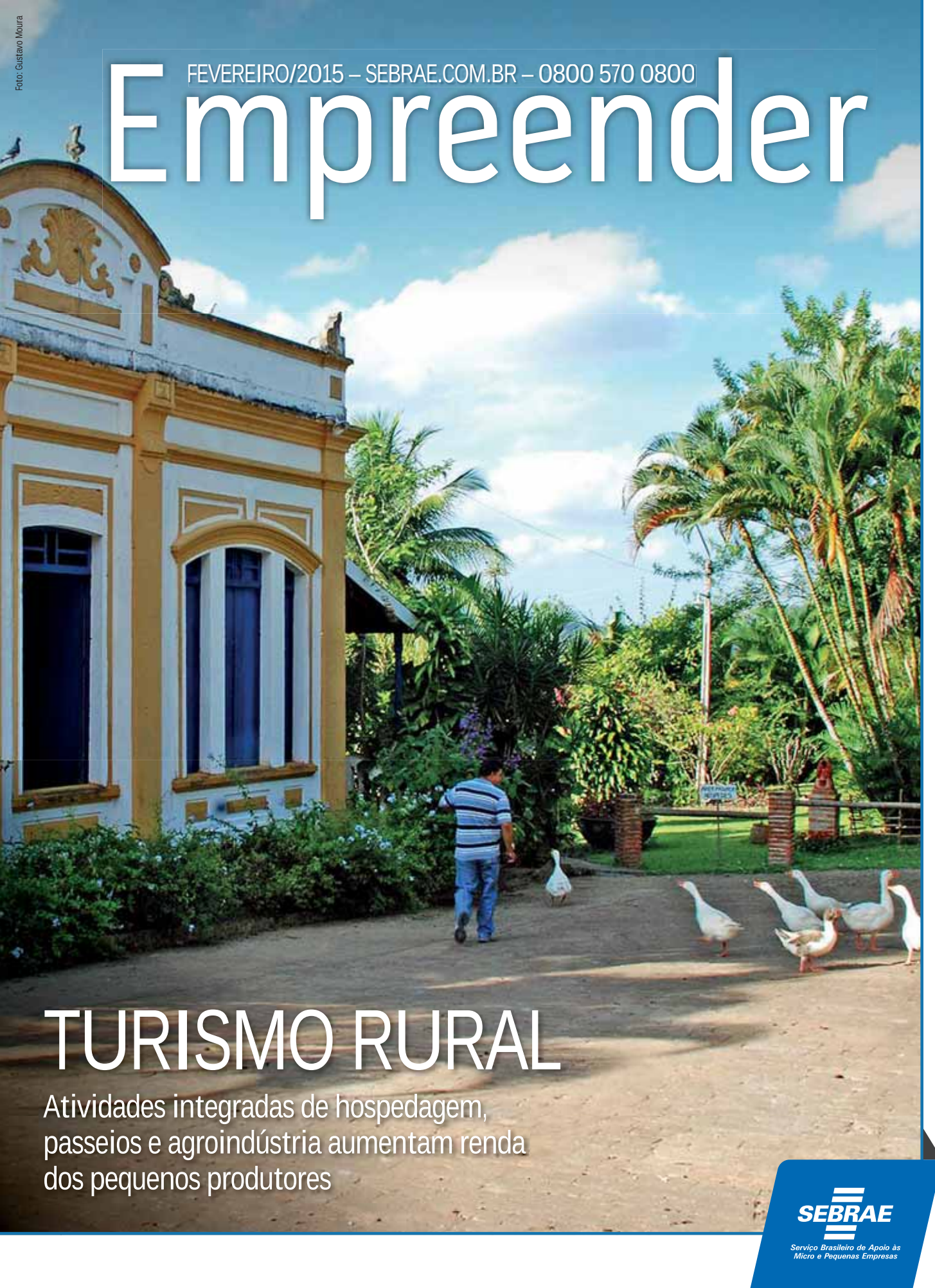


Foto: Gustavo Moura

TURISMO RURAL

Atividades integradas de hospedagem, passeios e agroindústria aumentam renda dos pequenos produtores

SEBRAE
Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

MUDANÇAS SÃO OXIGÊNIO E DIFERENCIAL PARA OS PEQUENOS NEGÓCIOS

Ações inovadoras são fundamentais à manutenção da competitividade

SILVANEIDE GUEDES
SEBRAE NO PARÁ

Aos 26 anos, o jovem Marcelo Folha Júnior aprendeu uma lição que mudou a história do Corleone Restaurante e Eventos, espaço aberto por ele e mais dois sócios, há dois anos. Segundo ele, inovar é preciso para se manter no mercado. Afinal, em pleno século 21, não dá para ignorar que a inovação é oxigênio para as empresas, independentemente do seu tamanho. A medida agrega valor aos produtos e diferencia o empreendimento no ambiente competitivo.

Formado em Administração, graduando do curso de Direito e pós-graduado em gestão financeira, Marcelo Folha admite que não se preparou para empreender. "Eu não fiz o básico do que reza a cartilha de quem quer abrir uma empresa, como elaborar um plano de negócio", diz o empresário, que conseguiu tirar o empreendimento do vermelho graças ao atendimento que recebeu depois do Sebrae, por meio do programa Agentes Locais de Inovação (ALI). "O primeiro passo foi o diagnóstico do restaurante, base para a elaboração do plano de ação que apontou as melhorias que deveriam ser adotadas", explica a analista do Sebrae no Pará Naiana Mainieri, gestora do ALI.

Com as medidas sugeridas, o número de clientes mais que duplicou, diariamente. "Temos 160 clientes e vendemos perto de 60 almoços executivos por dia", ressalta o empresário, lembrando que o objetivo é intensificar as ações de melhoria de produtos, atendimento e gestão do negócio, a partir dos resultados das pesquisas de satisfação que vem realizando e com a implantação da ISO 9001, norma da qualidade.

Outro caso de sucesso é o empresário Vitor Alves, 25 anos, que comanda a área de inovação e software da Empresa Brasileira de Informática (EBI). Fundada pelo pai, Célio Alves, há 21 anos, a EBI é referência no ramo de automação, com um portfólio de 4,5 mil clientes no estado. "Crescemos uma média de 30% ao ano", frisa Vitor. Segundo ele, esse crescimento poderia ter sido maior se tivesse percebido antes a necessidade de alguns ajustes. E

> "DEFINIMOS NOSSO PÚBLICO E CRIAMOS O SUCESSO DA CASA. TAMBÉM AMPLIAMOS O RECEBIMENTO DO VALE-ALIMENTAÇÃO E CRIAMOS DESCONTOS PROMOCIONAIS PARA EMPRESAS E O CLIENTE FIDELIZADO." MARCELO FOLHA JÚNIOR, EMPRESÁRIO.

PROGRAMA ALI GARANTE ACESSO À INOVAÇÃO PARA 1.611 EMPRESAS POTIGUARES

Em 2014, o programa Agentes Locais de Inovação (ALI) ultrapassou a meta de atendimento em 46,5%, totalizando quase 6 mil horas de consultorias

SEBRAE NO RIO GRANDE DO NORTE

Inovar tem sido um processo imprescindível para gerar mudanças efetivas nas empresas. No Rio Grande do Norte, essa cultura está alcançando mais negócios de pequeno porte. Um dos fatores responsável por essa evolução é o programa Agentes Locais de Inovação (ALI), que visa ampliar os níveis de inovação em micro e pequenas empresas dos setores do comércio, indústria e serviços. Em 2014, o programa atendeu 1.611 empresas potiguares, ultrapassando em 46,5% a meta estabelecida para o ano, levando consultoria e orientação técnica na área de inovação tecnológica. A proposta é fomentar a inovação nos pequenos negócios e, com isso, desenvolver empreendimentos mais inovadores e competitivos.

O ALI foi desenvolvido pelo Sebrae em parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), e chega ao terceiro ciclo no Rio Grande do Norte. Em 2014, foram 5.912 horas de consultorias prestadas e 536 orientações técnicas. Além disso, o programa também promoveu palestras, oficinas, seminários e minicursos.

O ALI promove o atendimento personalizado às pequenas empresas, orientado para a promoção de soluções que estimulem a prática da inovação. O objetivo é aumentar a cultura da inovação entre as empresas, bem como de produtos e serviços inovadores. No terceiro ciclo, foram capacitadas 40 agentes pelo Sebrae para atuar na sensibilização de empresários de todas as regiões do Rio Grande do Norte. E

> "EM 2014, FORAM 5.912 HORAS DE CONSULTORIAS PRESTADAS E 536 ORIENTAÇÕES TÉCNICAS. ALÉM DISSO, O PROGRAMA TAMBÉM PROMOVEU PALESTRAS, OFICINAS, SEMINÁRIOS E MINICURSOS."

Turismo rural é alternativa para aumento da renda dos produtores

Foto: Arquivo Sebrae

DESENVOLVIMENTO

AGRICULTORES INVESTEM EM TURISMO RURAL

Estudo inédito encomendado pelo Sebrae fez mapeamento do setor

AGÊNCIA SEBRAE DE NOTÍCIAS

Agricultores familiares de diferentes regiões do país estão se transformando em empresários do ramo do turismo e encontram na atividade uma alternativa para aumentar o resultado dos seus negócios. Pesquisa inédita do Sebrae traçou o perfil das propriedades que desenvolvem ações de turismo rural no Brasil e identificou que os donos de pequenos sítios e fazendas estão aproveitando as atividades cotidianas da agricultura para atrair visitantes e incluir uma nova fonte de renda no negócio.

Com base em dados oficiais do Ministério do Turismo (Cadastur) e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (Programa Talentos do Brasil Rural), foram identificadas 122 propriedades em todas as regiões brasileiras que oferecem aos visitantes do meio urbano atividades no mundo rural, desde andar de trator até degustar produtos da fazenda.

O levantamento determinou idade, sexo e perfil desses empreendedores. Em 97,2% dos empreendimentos pesquisados, a renda do turismo é apenas complementar ao faturamento da propriedade. Além disso, também ficou claro que o turismo rural é uma atividade essencialmente familiar (88,1% dos casos), envolvendo a participação de três ou mais pessoas. Desde 2012. o turismo rural é prioridade entre os segmentos da carteira de turismo do Sebrae. "Estamos investindo em projetos voltados para o segmento. Cerca de mil empreendimentos em todo o Brasil estão participando de cursos, palestras, oficinas, consultorias e ações de promoção comercial. O turismo rural é uma alternativa para aumentar a renda dos produtores e também o tempo de permanência dos turistas em determinados destinos", ressaltou Barretto. E

MENOS BUROCRACIA NO ENCERRAMENTO DE EMPRESAS

Juntas comerciais deixam de exigir certidões negativas no processo de baixa de atividades

SEBRAE NO RIO GRANDE DO NORTE

Em tempos de acertar as contas com a Receita Federal, entre pedidos de adesão ao Simples Nacional – regime simplificado de arrecadação – e entrega da declaração de rendimentos de Microempreendedores Individuais (MEI), o período é uma oportunidade também para muitos empresários sanarem juridicamente empresas que já não operam mais. Esses empresários agora contam com um incentivo. Já é possível dar baixa sem precisar apresentar à junta comercial certidões negativas de débitos tributários, previdenciários e trabalhistas.

Desde setembro passado, as empresas inativas podem solicitar a baixa de seus registros e inscrições imediatamente após o encerramento das suas operações. Caso sejam identificados débitos tributários nas empresas encerradas, os sócios serão responsabilizados como já previsto na regra atual. A nova norma é baseada na Lei 147/2014, e tem como objetivo simplificar o registro nas Juntas Comerciais de todo o Brasil.

Além da baixa, as certidões não serão mais obrigatórias nas operações de extinção, redução de capital, cisão total ou parcial, incorporação, fusão, transformação, transferência do controle de cotas e desmembramento. Antes da nova lei, a dispensa de certidões para a baixa de empresas somente era garantida após um ano de inatividade.

"Vejo a medida como muito positiva. Normalmente, quando uma empresa está em dificuldade financeira, os primeiros cortes de pagamento são justamente na parte de impostos. Então, a dispensa de certidões negativas é um avanço", avalia o gerente da Unidade de Orientação Empresarial do Sebrae no Rio Grande do Norte, Edwin Aldrin da Silva.

"Se não está funcionando, a melhor coisa a fazer é dar baixa", aconselha a contadora Patrícia Delgado. O não encerramento implica apresentação anual de declaração junto à Receita. E

> "NORMALMENTE, QUANDO UMA EMPRESA ESTÁ EM DIFICULDADE FINANCEIRA, OS PRIMEIROS CORTES DE PAGAMENTO SÃO JUSTAMENTE NA PARTE DE IMPOSTOS. ENTÃO, A DISPENSA DE CERTIDÕES NEGATIVAS É UM AVANÇO". EDWIN ALDRIN DA SILVA, GERENTE DO SEBRAE

COMÉRCIO ELETRÔNICO FORÇA MUDANÇAS NAS LOJAS DE RUA

Varejistas precisam acelerar ajustes às novas tecnologias e tendências

VANESSA BRITO
SEBRAE NO MATO GROSSO

O comércio eletrônico (E-commerce) está crescendo velozmente. O Brasil já está em terceiro lugar no ranking mundial nessa área. O jeito de sobreviver no mercado mudou. O jeito de atender e vender precisa mudar.

Equipes das empresas de varejo devem estar comprometidas com os valores do empreendimento e atuar com muita criatividade e gentileza para fidelizar clientes, cada vez mais exigentes e disputados. Nos países asiáticos e Estados Unidos, a criatividade no varejo não tem limites e oferece entretenimento e aventura. A reinvenção é constante. Em São Paulo (SP) e Rio de Janeiro (RJ), lojas de roupas, sapatos, sorveterias, entre outras, se esmeram em agradar aos consumidores com ambientes bonitos, divertidos, arrojados e até irreverentes.

A orientação para lidar com este cenário é ficar alerta e criar modos diferentes de atender a clientela para consolidar valores e diferenciais. Este é o caminho para enfrentar as lojas digitais, que conquistam consumidores com melhores preços, para não dizer irresistíveis.

Duas oficinas do 11º Seminário Brasileiro de Inovação e Design, que aconteceu em novembro passado, apresentaram essas tendências e exemplos de atuação inovadora para ser competitivo e sustentável no mercado atual a dezenas de empresários e candidatos a empreendedores. Novos comportamentos dos consumidores do mundo globalizado acabam chegando a todas as regiões do planeta.

As oficinas foram ministradas por Marcelo Pimenta (jornalista, design thinker e consultor especializado em planejamento estratégico e marketing digital), que falou sobre "Criatividade para vender na internet", e Karen Rochlin (pesquisadora e consultora especializada em análise de tendências, comportamento e consumo), que abordou o tema "Novas estratégias para atrair o consumidor". E

Foto: Jocil Serra

Karen fala sobre tendências inovadoras no varejo

INFORME SEBRAE. Presidente do Conselho Deliberativo Nacional: Roberto Simões. Diretor-Presidente: Luiz Barretto. Diretor-Técnico: Carlos Alberto dos Santos. Diretor de Administração e Finanças: José Claudio dos Santos. Gerente de Marketing e Comunicação: Cândida Bittencourt. Edição: Ana Canêdo, Antônio Viegas. Fone: (61) 3348-7494

Cenário pessimista prevê dólar no patamar de R$ 3,20 em 2015

Bancos acreditam que a moeda americana não deve ultrapassar a cotação de R$ 2,70, enquanto o BC projeta em R$ 2,80

Em 2014, o dólar acumulou valorização de 13% frente ao real. Além do clima de aversão global ao risco, economistas afirmam que a cotação do dólar tende a subir ainda mais devido ao fortalecimento da economia americana, o que aumenta as chances de uma eventual elevação dos juros naquele país, provocando uma saída de recursos de emergentes, como o Brasil. Com uma menor oferta de dólares, a tendência da moeda americana é de se valorizar.

O governo americano já anunciou o encerramento do programa de estímulo monetário (quantitative easing, ou QE, em inglês) que vigorava desde a crise. O objetivo era injetar dinheiro no sistema, aumentando a liquidez da economia. Em paralelo, o Fed, o banco central americano, mantinha os juros próximos a zero. Com isso, fomentava a tomada de crédito a custos baixos – outro recurso para azeitar a engrenagem econômica. Mas com os últimos dados positivos sobre a economia dos Estados Unidos, o órgão deve subir os juros.

Em 2014, pela primeira vez desde a virada do século, o dólar americano se valorizou frente às grandes moedas do mundo. Tanto o euro quanto o iene japonês caíram 12% frente à divisa americana, e o yuan chinês também perdeu valor ante o dólar – 2,4%, a maior queda desde 2009.

A grande demanda por dólares pelos investidores reflete a expectativa de que as taxas de juros vão subir nos Estados Unidos. Como resultado, eles estão aumentando as reservas em moeda americana com a finalidade de obter um maior retorno sobre seus investimentos do que na zona do euro e no Japão.

A alta do dólar deve favorecer a indústria nacional, segundo estima a Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), que prevê a cotação da moeda americana entre R$ 2,60 e R$ 2,90, em 2015, enquanto o boletim Focus, divulgado pelo Banco Central, prevê a taxa de câmbio em R$ 2,80. A perspectiva é de que os produtos manufaturados ganhem mais competitividade no mercado externo, aumentando as exportações. Entretanto, para o presidente da AEB, José Augusto de Castro, o resultado para este ano deve ser considerado um "superávit negativo", já que vai ser obtido mais pela forte queda das importações do que pelo aumento das exportações. A previsão é de alta de US$ 8,140 bilhões no superávit da balança comercial, revertendo o déficit de US$ 4,582 bilhões de 2014.

O Banco Itaú prevê um cenário com o dólar a R$ 2,70, a mesma cotação projetada pelo Bradesco.

Pessimista, o diretor-presidente da NGO Corretora de Câmbio, Sidnei Moura Nehme, acredita que o dólar deve atingir o patamar de R$ 3,20 em 2015. Somente no primeiro trimestre, a expectativa é de que a moeda americana alcance facilmente os R$ 2,80, disse à Agência Estado. "O Brasil é um país frágil no contexto do mercado internacional, e o governo, apesar de usar como 'escudo' as reservas cambiais de US$ 379,3 bilhões (agosto de 2014), não conseguirá conter a pressão", sentenciou.

Reforma política precisa avançar para garantir a **credibilidade das eleições**

Líderes da CACB apoiam de forma unânime o fim da reeleição e um mandato de cinco anos para a Presidência da República; financiamento público de campanha é um dos temas mais polêmicos

Apesar de os próprios políticos tentarem inviabilizá-la por meio de propostas apenas de seu interesse, a reforma política precisa avançar, sob o risco de o processo eleitoral perder a sua credibilidade. A opinião é partilhada pelos líderes da Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB), em enquete promovida pela Empresa Brasil durante a última reunião do Conselho da entidade.

Entre as propostas consideradas fundamentais pelos empresários ganhou unanimidade o fim da reeleição e a instituição de um mandato de cinco anos para a Presidência da República. Também foi lembrada pela maioria a que unifica todas as eleições para o Legislativo e para o Executivo, em todos os âmbitos da Federação. "É preciso acabar com esse pula-pula de candidatos que se aproveitam de seus mandatos para candidatar-se a cargos majoritários e assim ganhar visibilidade eleitoral", declarou Luiz Carlos Furtado Neves, vice-presidente da Micro e Pequena Empresa da CACB.

George Teixeira Pinheiro, diretor-financeiro da entidade e presidente da Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Acre (Federacre), adicionou outro tema que, segundo ele, justifica a necessidade de uma reforma política no país. "A reforma é importante porque vai delimitar a formação de partidos", afirmou. "Hoje o governo não consegue avançar nas prioridades do país, porque precisa negociar com nove líderes de diferentes partidos que fazem parte da base aliada."

George Teixeira Pinheiro

Alexandre Santana Porto

Uma das propostas mais polêmicas incluídas na lista da reforma, o financimento de campanha é visto de maneira diferente entre os líderes. Para Jonas Alves de Souza, presidente da Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado do Mato Grosso (Facmat), "precisamos de transparência a fim de que seja assegurada a mesma oportunidade para todos".

Hoje, de acordo com Souza, prevalece o poder econômico, e o financiamento público de campanha seria a maneira mais adequada de facilitar o acesso do eleitor aos valores que estão sendo repassados aos partidos. "Hoje, o partido que consegue doações mais altas leva vantagem sobre os outros", diz.

Para Pinheiro, é necessário que se delimitem os valores repassados aos partidos, tanto do financiamento público quanto do privado. "A democracia precisa ser exercida em condições iguais para cada candidato."

"Financiamento público de campanha não vai resolver, pois o financia-

Jésus Mendes Costa

mento privado vai continuar existindo. O que precisamos é de uma lei mais severa de controle das doações de empresas e organismos de fiscalização mais efetivos", acentua Alexandre Santana Porto, presidente da Federação das Associações Comerciais, Industriais e Agropastoris do Estado de Sergipe (Faciase).

"Uma nova forma de moralizar o financiamento de campanhas eleitorais seria restringir as doações às pessoas físicas, de quem escolhe e vota", sugere Neves. "A compra de votos de parte das empresas tem de acabar", completa.

"O país necessita de uma reforma politica para que o povo tenha mais representatividade", afirmou Guido Bresolin, presidente eleito da Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado do Paraná (Faciap).

Outro tema de grande importância, segundo ele, trata da redução do número de cargos de confiança e o nepotismo. "São males da administração federal e precisam ser extirpados porque tornam os processos custosos para a sociedade", diz. "É preciso ter gestores técnicos com formação profissional em detrimento das indicações de partidos."

Voto distrital ganha apoio

O voto distrital foi lembrado pelos líderes da CACB como um dos principais pontos a serem debatidos pela reforma política. Além de proporcionar maior visibilidade aos partidos, com esse modelo de votação seria possível reduzir os custos das campanhas eleitorais cada vez mais dispendiosas, afirmam os líderes da entidade.

De acordo com Jésus Mendes Costa, presidente da Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado do Rio de Janeiro (Facerj), com o voto distrital e a coincidência de eleições, em todos os níveis, seria possível concentrar as campanhas, o que facilitaria a comunicação dos candidatos.

"O voto distrital é fundamental para enxugar e objetivar a função do Congresso Nacional", acrescenta o vice-presidente da Micro e Pequena Empresa da CACB, Luiz Carlos Furtado Neves.

Luiz Carlos Furtado Neves

"Voto distrital é uma necessidade, porque se o cidadão não se sente empoderado pelo seu candidato, este não tem ligação com a base. Hoje, o contato do político com o eleitor praticamente não existe", completa Guido Bresolin da Faciap.

Como funciona o voto distrital territorial

O voto distrital é um sistema de voto majoritário no qual uma cidade (ou estado) é dividida em pequenos distritos com aproximadamente o mesmo número de habitantes. Cada partido indica um único candidato para cada distrito, que elege um único representante pela maioria dos votos. Desta forma, o sistema promove uma maior aproximação do candidato com os eleitores.

Na época de eleições, o eleitor poderá fiscalizar mais facilmente os gastos de campanha dos candidatos. Durante os quatro anos de mandato, os moradores de um distrito saberão exatamente quem é seu representante na Câmara Municipal (ou no Congresso Nacional), quais as leis que ele apoia ou não. O eleitor terá muito mais controle sobre o mandato do representante e poderá verificar com facilidade se ele está ou não cumprindo suas promessas e propostas. O eleitor também terá maior influência na elaboração da agenda legislativa de seu município, estado ou do país, propondo novas leis por intermédio de seu representante

Representação da CACB no evento de 2013, realizado no Catar

CACB confirma participação no 9º Congresso Mundial de Câmaras de Comércio

Evento será realizado em junho, em Turim, Itália, onde fica a sede da Fiat; ideia é estreitar laços para trazer o encontro de líderes empresariais para o Brasil em 2019

O crescimento econômico não apenas de uma empresa, mas de uma região ou país, pode ser facilitado com a mobilização dos envolvidos em prol da busca de soluções comuns e benéficas a todos. A definição de uma agenda sobre políticas comerciais, bem como a troca de experiências e informações entre executivos, especialistas e representantes de Câmaras de Comércio, entre outros, são ações que ajudam a moldar as prioridades globais de comércio. No entanto, é necessário que empresas e os demais membros que fazem parte da área desempenhem um papel proativo, com o propósito de obter bons resultados.

Pensando nessas questões, a Câmara Internacional de Comércio, ou ICC – International Chamber of Commerce, promove, a cada dois anos, o Congresso Mundial de Câmaras de Comércio – conhecido internacionalmente como World Chambers Congress. Este é principal encontro do tipo que reúne regularmente líderes do mundo inteiro. A cada edição, um país diferente sedia o evento. "Nos congressos temos oportunidades ímpares para trocar experiências com as outras entidades, num processo de aprendizado coletivo para prestar serviços de qualidade aos nossos associados, fortalecer o nosso network e divulgar nossas empresas num ambiente de alta confiabilidade", explica o Vice-Presidente de Assuntos Internacionais da CACB – Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil, Sérgio Papini de Mendonça Uchoa.

ESTREITAR LAÇOS

Em junho deste ano, o 9º Congresso Mundial de Câmaras de Comércio acontece na cidade de Turim, na Itália. A cidade é a quarta maior do país e a terceira maior economia italiana – ficando atrás apenas de Roma e Milão. Turim abriga a sede da montadora de automóveis FIAT. É uma região bastante industrial e também um centro da indústria ae-

roespacial. Além da possibilidade de network e realização de negócios, a participação brasileira no congresso projeta positivamente a imagem do país no exterior. "O Brasil hoje já é uma economia importante no cenário mundial, e precisamos ter uma participação nas entidades internacionais representativas que se coadune com o nosso peso econômico e geopolítico", diz Papini.

Além da programação envolvendo palestras e workshops, acontece a tradicional competição de Câmaras de Comércio, selecionando as melhores práticas do mundo inteiro. A participação da CACB nos fóruns do ICC começou em 2005, na África do Sul, oportunidade em que o Programa Empreender foi escolhido como o melhor projeto voltado para o fortalecimento de pequenas e médias empresas. "Estamos buscando apoio da Embratur e de vários parceiros para viabilizarmos nossa participação neste ano, com o objetivo de trazermos para o Brasil o Congresso de 2019", declara Papini.

PELO MUNDO

Dois anos após o congresso na África do Sul, a CACB foi para a Turquia, em 2007. O Capacitar Nordeste – desenvolvido em parceria com a Câmara de Artes e Ofícios de Essen da Alemanha e a SEQUA, fundação para o desenvolvimento da Alemanha – foi reconhecido como o melhor projeto de Cooperação Internacional da edição. A CACB foi convidada também a expor os desafios na gestão de uma entidade com tamanha capilaridade.

Em 2009, a confederação atuou na banca examinadora de projetos do congresso do ICC. No mesmo ano, participou também de congresso na Malásia. Em 2011 foi a primeira vez que o ICC realizou um congresso na América Latina. A CACB foi para o México com uma delegação de 11 pessoas e contou com um stand na área de exibições do Centro Banamex durante os dias do evento. Além disso, foi convidada pelo ICC Paris para participar da sessão de networking das Américas. O presidente José Paulo Dornelles Cairoli representou o Brasil e expôs o cenário econômico brasileiro, no sentido de facilitar as conexões com as câmaras e empresas presentes.

Na edição mais recente do congresso, em 2013, a CACB foi para o Catar, no Oriente Médio. Neste ano, arbitragem internacional do ICC, educação e negócios, sessões rápidas de networking entre regiões da África e Oriente Médio, pequenos e médios negócios como o coração da economia global, as mulheres frente aos negócios, negócios durante as crises, certificados de origem e liderança das reformas políticas foram alguns dos temas debatidos entre os líderes reunidos. "Ao aproveitarmos a curva de aprendizado obtida por outras entidades num determinado serviço, avançamos mais rápido nas nossas ações e as consolidamos com menor esforço. Esse compartilhamento só traz benefícios para todas as partes envolvidas", ressalta Papini. O vice-presidente enfatiza que os desdobramentos dos encontros acabam rendendo parcerias. "Um dos projetos em que estamos envolvidos é o Chambers Trust, através do qual as empresas interessadas pagam por informações chanceladas por uma Câmara de Comércio", finaliza.

No encontro de 2013, no Catar, no Oriente Médio, foram debatidos temas como educação e negócios, pequenos e médios empreendedores, mulheres-empresárias e certificados de origem

CACB projeta incremento de 25% nas **emissões de certificados de origem**

Documento, que pode ser solicitado diretamente nas associações comerciais, atesta a origem da mercadoria exportada e concede benefícios ao importador, como a redução ou isenção de impostos

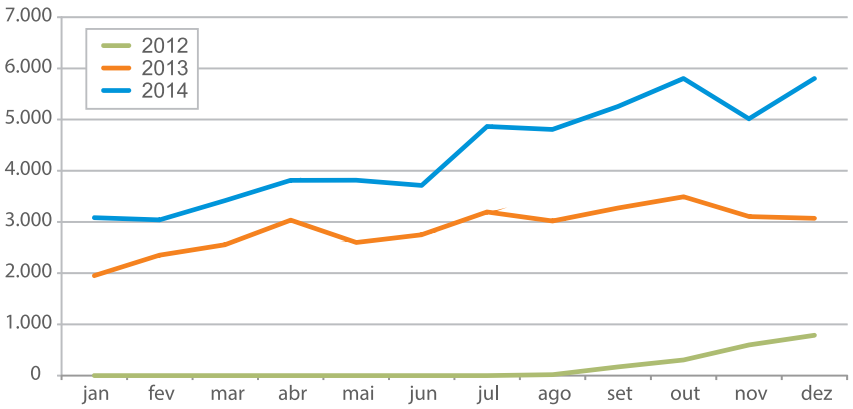
Com perspectivas de ampliar o número de emissões de Certificados de Origens em 2015, a Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB) aposta no treinamento, capacitação e credenciamento das entidades afiliadas no Sistema Eco – ferramenta criada para agilizar o processo de confecção do documento. A estratégia adotada é difundir a interiorização do serviço com vistas em novos parceiros e estimular a participação para bater a meta e ultrapassar as 65 mil unidades. Número que representa um acréscimo de quase 25% na oferta do documento.

De agosto de 2012 até dezembro de 2014 foram emitidos 95.754 Certificados de Origem, sendo 54,39% deste total referentes ao ano passado. Segundo os registros do Sistema Eco, oito Federações e 34 Associações Comerciais que fazem parte do projeto faturaram, aproximadamente, R$ 1.177.751,00.

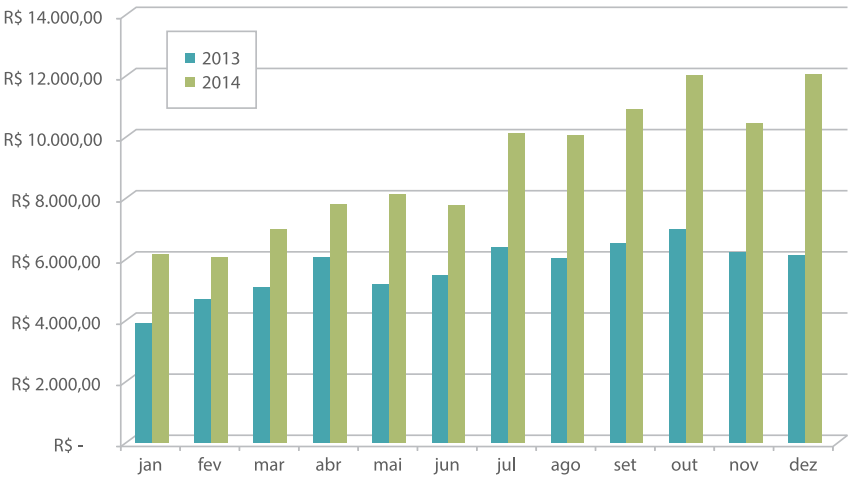
Para ampliar as emissões do documento, a CACB conta com a colaboração dos seus parceiros nos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rondônia, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Espírito Santo e Bahia. Segundo a executiva de Comércio Exterior da entidade, Juliana Kämpf, o produto "Certificado de Origem" é uma grande oportunidade de geração de receita para as Federações e Associações Comerciais, que estão presentes em todas as regiões do país.

Na avaliação de Juliana, após dois anos, o Sistema Eco encerrou com saldo positivo em 2014. Ela recorda o his-

Evolução das emissões



Evolução da receita



Fonte: CACB

tórico de emissões, em que, em 2012, ano da implantação no Rio Grande do Sul num formato-piloto, foram fornecidos 1.881 certificados/ano. Em 2013, o número saltou para 34.402 documentos/ano entregues. Já em 2014, em alguns meses foram emitidos mais de 5.800 e ao final do ano foi batido o número de 52.087 COs.

MERCADO

As previsões sobre o comércio exterior indicam que o número de empresas exportadoras brasileiras deve aumentar em 2015, adianta Juliana Kämpf. No ano passado 19.250 realizaram exportações, e a expectativa é de que o número alcance a casa dos 20 mil ao longo do ano.

Segundo análises do Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior, dos 15 principais mercados de destino das exportações brasileiras, 10 apresentaram quedas nas importações. O dólar deverá se manter valorizado e as "apostas" dos economistas vão de R$ 2,65 a R$ 2,90 até o final de 2015. O aumento da taxa do dólar reduz a capacidade de compra de brasileiros e das empresas daqui no exterior, o que, consequentemente, tende a reduzir o volume de importações.

Ainda, baseada nas teorias econômicas, uma taxa de câmbio desvalorizada estimula a produção industrial e as exportações, proporcionando o crescimento da economia. Por outro lado, alguns especialistas afirmam que, com a taxa de juros muito alta, existe a tendência de valorizar o câmbio e gerar déficits comerciais, impedindo que o setor externo seja uma alternativa ao crescimento econômico.

A executiva lembra que a tendência de queda no preço das commodities e o fraco dinamismo da demanda global jogam contra as exportações brasileiras. Enquanto isso, espera-se uma reação da economia mundial e um "arrojado" plano nacional de exportação.

O CENÁRIO DE 2014

Sempre é bom lembrar que a economia sofre influências e os números são alterados com agilidade. As expectativas eram otimistas para 2014 e as projeções apontavam que o dólar ficasse na casa de R$2,43, porém o ano terminou em aproximadamente R$ 2,70.

Além disto, após 14 anos seguidos de saldos positivos, a balança comercial brasileira apresentou déficit de US$ 3,93 bilhões, segundo dados da Secretaria de Comércio Exterior do MDIC. As exportações caíram 7%, fechando 2014 em US$ 225,101 bilhões. Seguindo a mesma tendência de queda, as importações totalizaram US$ 229,031 bilhões, resultando em queda de 4,4% em relação a 2013.

Juliana Kampf: Produto é uma grande oportunidade de geração de receita para as federações e associações comerciais que estão presentes em todas as regiões do país

Números Eco 2014

- Total de empresas exportadoras: **2.903**
- Total de despachantes aduaneiros: **370**
- Volume de COs emitidos: **52.087**
- Federações: **8**
- Associações: **34**
- Faturamento previsto CACB 2014: **R$107.866,00**
- Faturamento total do projeto: **R$180.432,00**
- Faturamento aproximado Federações e Associações em 2014: **R$1.177.751,00**

Foto: Wilson Dias/Agência Brasil

Ministro mandou recado: não será usada a política setorial para compensar desequilíbrios de preços macroeconômicos

Equilíbrio fiscal é a chave para **recuperar a confiança e o crédito**

Para o novo ministro da Fazenda, Joaquim Levy, sucesso da empreitada dependerá da sintonia com outros ministérios e, especialmente, com o Congresso Nacional

Ao tomar posse no Ministério da Fazenda, dia 5 de janeiro, no auditório do Banco Central, o ministro Joaquim Levy fez questão de ressaltar a importância do mercado de trabalho para o crescimento econômico. Ele garantiu esforço para reequilibrar as contas públicas de forma duradoura, se não permanente.

O sucesso da empreitada, disse o ministro, virá da sintonia com outros ministérios e, especialmente, com o Congresso Nacional. Joaquim Levy, que falou para um auditório lotado, iniciou seu discurso agradecendo a confiança da presidente Dilma e disse que vai procurar corresponder. Deixou claro que a prova de maturidade da democracia é ver que a maioria dos brasileiros concorda ser imperativo o compromisso fiscal. Segundo ele, esse compromisso fiscal nem sempre é fácil, considerando as demandas legítimas da sociedade.

Levy disse que esse equilíbrio fiscal é indispensável para continuar no caminho já iniciado e é a chave para a confiança e o crédito. Ele afirmou que o Brasil tem condições de fazer

o equilíbrio fiscal que "dará tranquilidade para o empresário tomar risco e investir e permitirá iniciar um novo ciclo de crescimento":

– O equilíbrio fiscal em 2015 e o cumprimento das metas em 2016 e 2017, conforme previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias, serão fundamento de novo ciclo de crescimento.

Ele também destacou a estabilização monetária, sob a eficaz vigilância do Banco Central, e disse que a responsabilidade fiscal exercida na primeira década dos anos 2000 foi importante para inclusão social e para permitir conduzir uma política anticíclica eficaz após a crise global de 2008, em sintonia com o G-20. Criticou o sistema patrimonialista e falou em um "basta" ao sistema. "É a pior privatização da coisa pública", disse.

Ele salientou que será preciso ter determinação e humildade para vencer os obstáculos e afirmou que é preciso permitir que os ganhos de trabalho se consolidem e que a inclusão social prossiga.

Indicado em novembro para assumir o comando da política econômica do segundo mandato de Dilma, Levy já anunciou que o governo fará um forte ajuste das contas públicas neste ano, para conseguir poupar o equivalente a 1,2% do Produto Interno Bruto (PIB).

O FIM DOS PRIVILÉGIOS SETORIAIS

A pior privatização da coisa pública é o patrimonialismo. A afirmação, do ministro Joarquim Levy, no dia de sua posse, sinaliza que a economia vai mesmo mudar de rumo. "A antítese do sistema patrimonialista é a impessoalidade nos negócios do Estado, nas relações econômicas e na provisão de bens públicos, inclusive os sociais", afirmou.

Este tipo de prática é uma herança do período colonial, mostra o jurista Raymundo Faroro, no livro "Os Donos do Poder". As interpretações foram se sucedendo na plateia lotada do auditório do Banco Central e todos entenderam que a mudança começa com a decisão de evitar benefícios ou intervenções discricionárias.

Tentando decifrar a fala do ministro ficou o recado: não será usada a política setorial para compensar desequilíbrios de preços macroeconômicos.

UM NOVO OLHAR SOBRE O GASTO PÚBLICO

"Tudo o que o governo dá é pago pelo contribuinte. Então a gente tem que ter muito cuidado em como usa o dinheiro." A frase é do ministro Joaquim Levy, que previu queda do IPCA no ano que vem (em 2014 ficou praticamente no limite da meta de 6,55). "A inflação poderá vir para níveis mais confortáveis se reduzirmos os gastos públicos. Ela vai fechar 2015 abaixo do teto, mas só convergirá para o centro da meta (fixado em 4,5%) no fim de 2016."

O ministro não afirmou, mas deu sinais de que haverá elevação de tributos em um segundo momento do ajuste fiscal. "Vamos precisar pensar em rebalancear alguns impostos, até porque alguns foram reduzidos há algum tempo", declarou ao dizer que esta receita está fazendo falta. No entanto, esclareceu que se houver alguma mudança, vai ser com cuidado e depois de se esgotarem outras possibilidades.

Levy: "A inflação poderá vir para níveis mais confortáveis se reduzirem-se os gastos públicos. Ela vai fechar 2015 abaixo do teto, mas só convergirá para o centro da meta, 4,5%, no fim de 2016"

Foto Apops/fotolia.com

A proposta de aumento gradativo dos impostos evita a "morte súbita" das empresas enquadradas no Simples

Ampliação dos tetos do Simples Nacional entra **na pauta para 2015**

Mudança do teto do Simples – de R$ 3,6 milhões por ano, enquanto que no MEI é de R$ 60 mil por ano de receita bruta – será um dos principais temas das MPEs a serem debatidos em 2015

A regulamentação da ampliação do Simples Nacional – também chamado de Supersimples – foi uma das conquistas da classe empresarial em 2014. O sistema visa atuar de forma diferenciada em relação às micro e pequenas empresas, unificando o pagamento de oito tributos em um único boleto, o que pode reduzir em até 40% a carga tributária. No entanto, o teto de faturamento anual dos beneficiados deveria ser de até R$ 3,6 milhões. Para o presidente da Federaminas – Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado de Minas Gerais, Emílio Parolini, é necessário que exista aumento do teto dos setores de comércio e serviços para R$ 6,5 milhões de receita anual.

Sob coordenação do tributarista Valmir Rodrigues da Silva e do advogado Carlos Alberto Moreira, a Comissão de Assuntos Tributários da Federaminas vem realizando estudo sobre a Lei Complementar nº 147/2014, que introduziu várias inovações no Simples. Em relação ao setor da indústria, a avaliação está sendo aprofundada. Porém, resultados preliminares indicam a

necessidade de que o teto para enquadramento das empresas seja fixado em um mínimo de R$15 milhões de receita anual, sendo o investimento inicial um dos principais fatores da mudança.

ESTUDO SUGERE MUDANÇA NOS TETOS DE ENQUADRAMENTO

Em levantamento lançado em dezembro e realizado por meio de parceria entre a FGV – Fundação Getulio Vargas – e o Sebrae – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas –, foram apresentadas possíveis faixas de transição que poderão ampliar os tetos do Simples. Intitulada "Estudo para Subsidiar a Formulação de Projeto de Lei para Aprimoramento do Simples Nacional", a pesquisa busca embasar a proposta de revisão das tabelas do sistema.

A proposta sugere que o aumento dos impostos seja gradativo e aconteça por meio de uma rampa de tributação que contemple dos R$ 3,6 milhões até R$ 7,2 milhões – faixa de transição para o lucro presumido. Tal medida evita a "morte súbita" das empresas. Para a indústria, o teto do faturamento subiria para R$ 14,4 milhões, se aproximando da estimativa apontada pela Federaminas. O levantamento sugere também a ampliação do limite de enquadramento de Microempreendedor Individual (MEI) dos atuais R$ 60 mil para R$ 120 mil por ano.

De acordo com o ministro da Secretaria da Micro e Pequena Empresa (SMPE), Guilherme Afif Domingos, a proposta busca trazer melhorias para as MPEs. "Os resultados mostram que o setor que mais empregou foi o que menos recebeu incentivo. Nós queremos continuar contribuindo para o aumento de emprego e renda, mas para isso é preciso olhar para o andar de baixo, que é quem está sustentando o emprego no país", disse durante apresentação da pesquisa.

RENÚNCIA FISCAL

"Em 2010, as MPEs cresceram 19,8%. Em 2011, 8,6%. Em 2012, o crescimento chegou aos 14%. Em 2013, teve 7,5% de crescimento real. Podemos dizer que essas empresas apresentaram um crescimento chinês", avalia o ministro. Segundo o estudo, a renúncia fiscal pode ser anulada caso as MPEs apresentem crescimento de 4,2% ao ano. "Não estamos fazendo isso para perder dinheiro, mas para arrecadar mais. O crescimento do setor desde 2009 nos dá total segurança de que é possível continuar crescendo de forma significativa."

Simples Nacional

O Simples Nacional é um regime compartilhado de arrecadação, cobrança e fiscalização de tributos aplicável às MPEs, previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. A Lei Complementar 147/14 – que altera o Simples Nacional – foi sancionada no dia 7 de agosto de 2014. Com as alterações, cerca de 450 mil empresas, de 142 atividades e com faturamento anual de até R$ 3,6 milhões, passam a ser contempladas pelo Simples Nacional. Caso a proposta de alteração dos tetos do sistema se concretize, mais empresas passam a se beneficiar pelo sistema.

Proposta de revisão do Simples Nacional

- Amplitudes crescentes, em progressão geométrica;
- O enquadramento nas faixas a partir da receita bruta dos últimos 12 meses;
- Faixas de transição para o regime do Lucro Presumido: entre R$ 3,6 milhões e R$ 7,2 milhões e entre R$ 7,2 milhões e R$ 14,4 milhões;
- Para o comércio e serviços a faixa entre R$ 7,2 milhões e R$ 14,4 milhões terá carga tributária igual ao superior ao lucro presumido
- A proposta para o MEI é a criação de uma faixa de transição, cuja receita seria de R$ 60 mil a R$ 120 mil por ano (mantidas as demais restrições);
- Estima-se que os efeitos da criação da faixa de transição para o Simples Nacional seja de R$ 570 milhões;
- O valor pressupõe que as empresas atualmente no Simples Nacional, nessa faixa de faturamento, cuja atividade seja compatível com a opção e que tenham até um empregado, façam a opção pelo MEI.

Fonte: "Estudo para Subsidiar a Formulação de Projeto de Lei para Aprimoramento do Simples Nacional" (FGV e Sebrae).

Nem sempre o Simples **é a melhor opção**

Das 140 atividades que podem ingressar no sistema, em muitos casos a opção pelo lucro presumido ainda é melhor; para empresas com folha de pagamento alta, a escolha do Simples pode ser a indicada

O ano de 2015 recém começou e já traz novidades para os contribuintes, empresários e profissionais contábeis. A vigência da Lei Complementar 147/2014 é uma delas e introduz, desde o dia 1º de janeiro, alterações significativas nas regras do Simples Nacional. Dentre as principais mudanças estão o critério de adesão, que passa a ser por limite de faturamento e não mais por segmentos de atuação, e uma lista de 140 atividades que poderão ingressar no sistema.

O especialista em gestão empresarial e finanças Marco Trevizani aponta que a carga tributária elevada não só assusta os contribuintes como também inibe o crescimento de algumas empresas. Segundo ele, havia uma expectativa muito grande em relação a um possível aumento no limite de faturamento, que atualmente é de R$ 3,6 milhões. "Isso não aconteceu. Assim, muitas micro e pequenas empresas acabam estagnando seu crescimento para evitar obrigações acessórias", explica.

Approbato Machado: "Sem o auxílio de um profissional de contabilidade, empresários podem fazer a opção errada"

Marco Trevizani: "Carga tributária elevada inibe o crescimento de empresas"

DÚVIDA

A dúvida entre optar pelo Simples Nacional ou continuar como lucro presumido tende a ficar maior quando o contribuinte se depara com a diferen-

ça nas alíquotas. Trevizani exemplifica com a atividade de corretor de imóveis, que pela tabela do lucro presumido seria responsável por 11,33% de alíquota federal, podendo chegar a até 16,33%. Já pela tabela nova do Simples Nacional, esse índice para a mesma atividade se iniciaria em torno de 16,8%. "Claro que cada caso deve ser analisado individualmente pelo profissional contábil", avalia. E acrescenta que, em casos como de empresas com folha de pagamento alta, a escolha do Simples pode ser interessante, assim como para setores ligados ao comércio.

Dentre as atividades aptas a ingressarem no sistema simplificado estão os médicos, dentistas, advogados, fisioterapeutas, arquitetos, clínicas, sociedades e empresas ligadas a estes profissionais, corretores de imóveis, representantes comerciais e outros. Destas, apenas a atividade de advogado obteve vantagem tributária. "Para eles a tributação será de 4,5% a 16,85% sobre o faturamento", diz Marco Trevizani.

SIMULAÇÕES

No entanto, especialistas alertam para a importância de fazer análises e simulações para evitar decepções futuras. Apesar da novidade, o número de empresas optantes pelo simples nacional não tende a crescer, na opinião de Trevizani. Ele acredita que destes profissionais listados, boa parte não vê vantagem em sair do lucro presumido.

AUXÍLIO

Por outro lado, o presidente do Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas no Estado de São Paulo (Sescon–SP), Sérgio Approbato Machado Júnior, chama a atenção para o fato de que muitos empresários costumam organizar sozinhos as finanças de seus negócios. "Sem o auxílio de um profissional de contabilidade, muitas vezes não têm conhecimento sobre as mudanças e podem acabar fazendo a opção errada", afirma.

Número de empresas optantes pelo Simples Nacional não tende a crescer, porque boa parte dos profissionais incluídos não vê vantagem em sair do lucro presumido

As inovações previstas para 2015 e 2016

Para o setor empresarial, haverá mais uma ino vação em 2015: a extinção da declaração do imposto de renda da pessoa jurídica e a necessidade de impressão do livro de apuração do lucro real. "Em vez disso, este ano, o segmento deverá fazer a entrega da Escrituração Contábil Fiscal (ECF)", diz Approbato Machado. A transmissão deverá ser de forma centralizada, pela matriz, a partir do ano-calendário de 2014, exercício 2015. A primeira entrega já está prevista para o último dia de setembro de 2015, exatamente dois meses depois da entrega da Escrituração Contábil Digital (ECD), que deve acontecer até a data-limite de 30 de junho.

Outra mudança, segundo Machado Júnior, é a implantação de um sistema interativo no site da Receita Federal. A plataforma deve contar em breve com uma ferramenta de consulta pública, direcionada a entidades privadas de representação. "Será disponibilizado em breve e a proposta é que essas entidades possam opinar sobre as minutas normativas da Receita", conta. Com a novidade, o presidente do Sescon-SP acredita que muitas deficiências poderão ser sanadas.

Em relação às alíquotas do Simples Nacional, Machado Júnior também aponta a possibilidade de alterações positivas para 2016. Conforme explica, há uma discussão no Congresso que busca adequar essa tributação.

Mistério até o fim

O *Longo Adeus*, uma das principais obras de Raymond Chandler, criador do inesquecível detetive Philip Marlowe, está desde o final do ano passado nas livrarias em nova edição, organizada e traduzida pelo especialista Bráulio Tavares. Com esse livro, a editora Alfaguara deu início a um trabalho de resgate das obras daquele que é considerado um dos maiores escritores de literatura policial de todos os tempos. Chandler, assim como os escritores dos anos 1930, enfrentou a recessão econômica e, com sua literatura, retratou as condições históricas, sociais e culturais da América durante e após a 2ª Grande Guerra, ou seja, na fase em que os EUA se reconstruíam em meio à depressão e ao desemprego. É nesse ambiente sórdido que se passa a maioria das histórias desse autor.

Nascido em Chicago, em 1888, no final da era vitoriana, criado na Inglaterra e transferido para Los Angeles em 1913, Chandler viu a Califórnia por meio dos olhos de um excêntrico inglês. Ele percebeu que o crime era uma indústria em ambas as épocas, de crescimento e queda da economia americana, e um campo rico para um escritor. Em seus sete romances, todos eles em torno de Los Angeles, ele descreveu o mundo como um lugar vil, habitado por pessoas repugnantes.

Paul Auster afirmou que Chandler inventou uma nova maneira de falar sobre os Estados Unidos e, desde então, conseguiu transformar o olhar de todos sobre a América. Alguns críticos chegam compará-lo a Fitzgerald e Balzac pelo fato de ambos terem reproduzido o ambiente social de suas respectivas épocas.

Publicado em 1953, *O Longo Adeus* é, nas palavras de Ricardo Piglia, "talvez o melhor romance policial que já se escreveu".

Philip Marlowe, o detetive beberrão, possui uma atitude contemplativa e filosófica. Espirituoso, tem as respostas para as provocações na ponta da língua e nunca perde o humor, mesmo nas situações mais adversas e dolorosas. Ele não teme riscos físicos e usa a violência quando necessário. Gosta de xadrez e de poesia. Moralmente correto, encontra em suas aventuras mulheres sedutoras, homens durões e atormentados, alguns policiais desonestos e arrogantes e outros que tentam fazer o melhor que podem num meio moralmente corrompido.

O Longo Adeus conta a história da amizade entre Philip Marlowe e Terry Lennox, que ele considera "um sujeito de quem é impossível não gostar". Casado com uma milionária, Lennox poderia ter a vida ganha, mas a morte brutal da mulher enreda Marlowe a uma elite poderosa e desajustada. Sem se afastar do gênero policial, a obra vasculha assuntos mais profundos, como as consequências do desespero, da maldade e do capricho de mentes perversas de criminosos.

Marlowe, o detetive beberrão, possui uma atitude contemplativa e filosófica. Espirituoso, tem as respostas para as provocações na ponta da língua, e nunca perde o humor, mesmo nas situações mais adversas e dolorosas

O LONGO ADEUS
Autor: Raymond Chandler
Gênero: Ficção
Páginas: 400
Formato: 15 x 23 cm
Editora: Alfaguara
Preço: R$ 44,90

Crie o novo a partir do tradicional

Jairo Martins*

Todo aquele que põe em prática uma iniciativa para aproveitar uma oportunidade ou sair de uma crise é um empreendedor. A motivação para empreender não deve ser a busca pelo lucro, mas a necessidade de se sentir realizado, bem-sucedido ou fazer a diferença no mundo, gerendo valor para a sociedade. Há aqueles que alcançam isso ao abrir um negócio, outros, com projetos dentro da empresa em que trabalham ou na própria comunidade. A essência do empreendedorismo está na disposição em tentar algo para suprir uma necessidade interna ou externa e na resiliência para lidar com a frustração e o fracasso, inerentes ao processo.

Persistência, perseverança e comprometimento são fundamentais, já que os resultados nem sempre vêm na quantidade e no prazo idealizados. Além disso, empreenderores de sucesso são unâmimes em dizer que a inovação e o planejamento e monitoramento constantes são determinantes para a concretização de uma ideia.

Ao pensar na nova proposta de um empreendimento, podemos inovar na escolha de matérias-primas, na oferta do produto em lojas virtuais ou na escolha de um público específico. Oferecer um produto online já não parece novo, no entanto, ainda nos surpreendemos com as oportunidades de negócio que existem. Atualmente, compram-se pela internet alimentos, roupas, bijuterias e tantos outros produtos, inclusive com a opção de serem customizados.

Por que não fugir das ofertas tradicionais de produtos que visam apenas à ostentação e não ao atendimento das necessidades da sociedade, em harmonia com os preceitos da sustentabilidade? Por que não utilizar materiais naturais, reciclados e sintéticos, que se somam ao rol de opções de matérias-primas, para começar um empreendimento com comidas veganas ou de bolsas e sapatos sem utilização de couro de animais. A reutilização e a reciclagem ainda são praticadas de forma marginal, quando podem ser os protagonistas de uma nova revolução industrial. Hoje, cada vez mais, a inovação pode estar na segmentação do público. Muitos empreendedores visam oferecer seus produtos ou serviços para públicos mais específicos, já que a maioria dos negócios foca na média dos indivíduos. Um produto comum, como roupa, pode ser vendido para pessoas acima do peso, idosos, adolescentes, bebês, entre tantos outros. Há, também, os que busquem alvos ainda mais exclusivos: público LGBT, evangélicos, alérgicos a alguma substância, etc.

Ou seja, empreender não exige uma criatividade inimaginável ou inatingível, basta entender seu público e verificar de que forma seu negócio pode ajudá-lo ou interessar a ele.

*Graduado em Engenharia Eletrônica pelo ITA – Instituto Tecnológico de Aeronáutica, com Especialização em Marketing e Propaganda pela FAE-CDE-Curitiba – Brasil

Persistência, perseverança e comprometimento são fundamentais, já que os resultados nem sempre vêm na quantidade e no prazo idealizado

Melhorar os
resultados
dos seus negócios
está nos seus planos?
Dê um Sebrae
nos seus planos.
Dê um Sebrae nos
seus resultados.
Quem tem seu próprio negócio e quer melhores resultados tem um bom motivo
para procurar o Sebrae. E quem tem planos de abrir sua empresa também.
É sempre bom contar com especialistas na hora de empreender, inovar e crescer.
Procure o Sebrae, especialistas em pequenos negócios.
0800 570 0800 – www.sebrae.com.br #tanosmeusplanos

Planos
Planos
Planos
SEBRAE

Montar um negócio que
dê resultados está nos seus planos?
Dê um Sebrae
nos seus planos.
Dê um Sebrae nos
seus resultados.
resultados
Quem tem seu próprio negócio e quer melhores resultados tem um bom motivo
para procurar o Sebrae. E quem tem planos de abrir sua empresa também.
É sempre bom contar com especialistas na hora de empreender, inovar e crescer.
Procure o Sebrae, especialistas em pequenos negócios.
0800 570 0800 – www.sebrae.com.br #tanosmeusplanos
SEBRAE